

# REGISTRO

SINDÁGUA-MG

2008

09 JUNHO

170

CUT

Sind. dos Trab. Ind. de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Est. de MG

# ASSEMBLÉIA

**CHEGA A HORA DE HONRARMOS A RESPONSABILIDADE COM NOSSAS FAMÍLIAS!**

**Dias 11 e 12 - em todo o interior**

**Dia 12 - SEDE DO SINDÁGUA**

**18h30 - As assembleias só podem ser convocadas por dirigentes do SINDÁGUA**

Esperamos que a alta direção da Copasa tenha sensibilidade, saia de sua posição inflexível e reabra o diálogo e as negociações. Um Acordo Coletivo legítimo e digno só pode ser realizado com respeito, diálogo e responsabilidade



Os sindicatos unificados (SINDÁGUA, Senge, Saemg e Rodoviários) intensificaram as reuniões com os trabalhadores na última semana e amplificaram a mobilização da categoria.

Nos próximos dias 11 e 12, todo o Estado estará deliberando um movimento responsável e legítimo na defesa dos sagrados direitos conquistados e, ainda, nosso direito constitucional de organização.

A Diretoria Plena do SINDÁGUA organizou na última semana todo o processo da luta da categoria. A sede do Sindicato recebeu o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MG), Dárcio Guimarães, que fez longa explanação sobre os procedimentos a serem adotados para garantir a legitimidade do movimento da categoria.

Recebemos também o Dr. Danilo Santana, contratado pelo SINDÁGUA para mover ação coletiva contra as consequências da CP-014 e PM-02, apelando na justiça contra a inconstitucionalidade e ilegalidade das medidas. Todos os dirigentes e trabalhadores presentes foram tranquilizados quanto à correção de todos os procedimentos adotados pelo Sindicato, preparando a categoria para ampliar a mobilização.

**Convoque cada companheiro para a luta!  
Não aceite pressão e denuncie imediatamente ao Sindicato.  
Por uma Copasa sadia, pela justiça e respeito aos trabalhadores!  
TODOS ÀS ASSEMBLÉIAS!**

# Imagem da Copasa cada dia mais deteriorada

O SINDÁGUA participou, recentemente, de audiência na Assembleia Legislativa com lideranças políticas e representantes da própria comunidade de Congonhas, quando a Copasa sofreu sérias acusações de não ter arcado com os compromissos assumidos com aquele município. A principal razão apontada pelos manifestantes contra a empresa foi, desesperadamente, a sofrível qualidade dos serviços prestados. O motivo é a entrega pela Copasa dos seus serviços nas mãos de empresas terceirizadas.

Esta trágica situação de Congonhas repercute o mesmo problema que acontece em vários setores da empresa. Há muito que a Copasa enfrenta severas acusações do Ministério Público contra medidas irregulares. Há cerca de um ano e meio o próprio governador Aécio Neves mandou

cancelar uma licitação irregular para a contratação de um escritório de advocacia, que chegara a fazer contrato milionário e que rende ação movida pelo Ministério Público.

Problemas com licitações continuam dando dor de cabeça à Copasa. Nesta semana (veja ao lado) uma denúncia grave foi publicada pelo jornal O TEMPO, cujo proprietário é um ex-deputado tucano, e que não parece preocupado em não arranhar a imagem da empresa, nem da Prefeitura de Belo Horizonte ou do Governo do Estado. Também o jornal Estado de Minas veiculou matéria sobre irregularidade na empresa.

Da denúncia chegam a especulações de

pretensões políticas do governador Aécio Neves.

Independente das "inferências" políticas, o certo é que a imagem da Copasa vai se desgastando e seus resultados administrativos a prejudicam muito antes que qualquer interesse pessoal ou partidário.

## ÁGUA E ESGOTO

### Licitação suspensa

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG) suspendeu a licitação da Copasa para a implantação de sistemas de tratamento de água e esgoto em 212 localidades, vilas e povoados das regiões Norte e Nordeste do estado. A abertura da concorrência, orçada em R\$ 390 milhões, estava prevista para quarta-feira. Ela foi suspensa a pedido do conselheiro Eduardo Carone Costa. A denúncia de irregularidades foi feita pela empresa Itajuí Engenharia de Obras Ltda., uma das interessadas em participar do certame. O TCE quer explicações, entre outras coisas, sobre os motivos que levaram a Copasa a utilizar o instituto da pré-qualificação e a optar pela seleção de duas empresas/consórcios, já que as obras serão divididas em mais de dois lotes. A Copasa informou que vai analisar a decisão do TCE e prestar os esclarecimentos necessários dentro do prazo estipulado.

Colaboraram: Alessandra Mello e Juliana Cipriani

ESTADO DE MINAS 6/6/08

O TEMPO Belo Horizonte  
QUINTA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2008

7

## Inspeções

### Tribunal questiona contrato da PBH e edital da Copasa

■ EZEQUIEL FAGUNDES

O Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE) colocou em suspeição um contrato do governo estadual e outro da Prefeitura de Belo Horizonte que, juntos, somam R\$ 1,1 bilhão. As duas decisões foram aprovadas ontem, durante o Pleno do tribunal.

Os relatores dos processos são os conselheiros Eduardo Carone e Antônio Carlos Andrade, respectivamente.

No contrato municipal, o TCE requisitou que seja realizada uma inspeção extraordinária na prefeitura em contrato de licitação para a construção do novo aterro sanitário da capital. O tribunal apontou várias falhas no edital para o serviço, com valor estimado de R\$ 714,4 milhões.

Esta é a quinta vez que o processo da prefeitura para o aterro, no modelo Parceria Público-Privada (PPP), é colocado em xeque. Nas outras quatro vezes ele chegou a ser interrompido pela Justiça.

O procurador da prefeitura, Marco Antônio Teixeira, declarou que a contabi-

lidade prefeitura está em "ordem" e tem "totais condições de receber uma auditoria."

Já no contrato do governo estadual, o TCE pediu a suspensão, por tempo indeterminado, do edital publicado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), no valor de R\$ 390 milhões.

O recurso seria destinado para execução, a partir de agosto, do maior programa de construção de rede de água e tratamento de esgotos já realizado em Minas.

O TCE questiona a ausência de projeto básico para a obra, acesso a todos os interessados a participar do certame, com a presença no ato da abertura das propostas, e contratação de um técnico responsável 30 dias antes da abertura das propostas.

Por meio de assessoria, a Copasa informou que se trata de um procedimento "normal" do TCE e que empresa irá prestar todos os "esclarecimentos" requisitados pelo tribunal.